

ECONOMIA: TAXA MÉDIA DE JUROS CAI EM AGOSTO, MAS SEGUE TENDÊNCIA DE ALTA



Endividamento das famílias chega a 53,1% em julho.

A taxa média de juros das concessões de crédito livre e direcionado teve leve queda no mês de agosto, mas mantém a tendência de alta em 12 meses, segundo as Estatísticas Monetárias e de Crédito divulgadas nesta quarta-feira (28/09), pelo Banco Central (BC). A taxa alcançou 28,7% ao ano em agosto, redução de 0,7 ponto percentual no mês e alta de 7,6 pontos percentuais em 12 meses.

A alta dos juros bancários médios ocorre em um momento em que a taxa básica de juros da economia, a Selic, está em seu maior nível desde janeiro de 2017, em 13,75% ao ano.

Na última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), a Selic foi mantida nesse patamar, após 12 elevações consecutivas, em um ciclo de aperto monetário que começou em meio à alta dos preços de alimentos, de energia e de combustíveis. A Selic é o principal instrumento usado pelo BC para alcançar a meta de inflação.

Em ata divulgada na terça-feira (27/09), o Copom avaliou que “o repasse da Selic para as taxas finais de diferentes modalidades de crédito tem ocorrido conforme esperado, ainda que as concessões de crédito para pessoa jurídica sigam mais robustas que o esperado”. A elevação da taxa básica ajuda a controlar a inflação porque causa reflexos nos preços, já que juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança, contendo a demanda aquecida.

No crédito livre para as famílias, a taxa média de juros chegou a 53,9% ao ano, com aumento de 0,5 ponto percentual em relação a julho e de 13,4 pontos percentuais em 12 meses. Nas contratações com empresas, a taxa livre caiu 0,6 ponto percentual no mês e cresceu 6,6 pontos percentuais em 12 meses, alcançando 22,8% ao ano.

Para pessoas físicas, o destaque foi o cartão de crédito, com alta de 2,1 pontos percentuais no mês e 25,5 pontos percentuais em 12 meses, alcançando 87,3% ao ano. No crédito rotativo, que é aquele tomado pelo consumidor quando paga menos que o valor integral da fatura do cartão e dura 30 dias, houve aumento de 3,5 pontos percentuais no mês e 62,9 pontos percentuais em 12 meses, para 398,4% ao ano. Após os 30 dias, as instituições financeiras parcelam a dívida. Nesse caso do cartão parcelado, os juros subiram 4,2 pontos percentuais no mês e 22,3 pontos percentuais em 12 meses, para 185,9% ao ano.

Também influenciaram o aumento dos juros para as famílias as taxas do cheque especial, com alta de 1,2 ponto percentual no mês e 3,5 pontos percentuais em 12 meses (128,6% ao ano). Por outro lado, os juros do crédito pessoal não consignado caíram 1,1 ponto percentual no mês de agosto e aumentaram 5,5 pontos percentuais em 12 meses (85,4% ao ano).

No crédito livre às empresas, houve queda de 1,5 ponto percentual no mês e alta de 5,8

pontos percentuais em 12 meses em capital de giro, chegando a 22% ao ano. Já no cheque especial, os juros subiram 3,6 pontos percentuais no mês e caíram 1,2 ponto percentual em 12 meses, indo para 325,4% ao ano. O financiamento a importações caiu 2,3 pontos percentuais em agosto e subiu 1,7 ponto percentual em 12 meses, para 11,7% ao ano. Por fim, o cartão de crédito teve recuo de 3,5 pontos percentuais nos juros do mês e aumento de 14,1 pontos percentuais em 12 meses, para 39,7% ao ano.

Crédito direcionado

Essas taxas são do crédito livre, em que os bancos têm autonomia para emprestar o dinheiro captado no mercado e definir as taxas de juros cobradas dos clientes. Já o crédito direcionado, que tem regras definidas pelo governo, é destinado basicamente aos setores habitacional, rural, de infraestrutura e ao microcrédito.

No caso do crédito direcionado, a taxa média para pessoas físicas ficou em 10,6% ao ano em agosto, estável no mês e alta de 3,5 pontos percentuais em 12 meses. Para as empresas, a taxa caiu 6,3 pontos percentuais no mês e 1 ponto percentual em 12 meses, para 9,1% ao ano.

Alta das contratações

Mesmo com a alta dos juros, em agosto, o estoque de todos os empréstimos concedidos pelos bancos do Sistema Financeiro Nacional (SFN) ficou em R\$ 5,067 trilhões, com aumento de 1,6% em relação a julho. O crescimento em 12 meses da carteira chegou a 16,8% no mês passado. O saldo do crédito correspondeu a 54,3% do Produto Interno Bruto (PIB), que é a soma de todos os bens e serviços que o país produz.

O saldo das operações de crédito do SFN com as micro, pequenas e médias empresas cresceu 2,2% e 14,4%, no mês e em 12 meses, respectivamente, ante variações de -0,4% e de 8,2% com o segmento de grandes empresas, naqueles mesmos períodos. Como resultado, de acordo com o BC, a participação da carteira de micro, pequenas e médias manteve sua trajetória de crescimento gradual ao longo dos últimos dois anos.

O crédito ampliado ao setor não financeiro, que é o crédito disponível para empresas, famílias e governos independentemente da fonte (bancário, mercado de título ou dívida externa) alcançou R\$ 14,259 trilhões, crescendo 0,6% no mês e 10,4% em 12 meses.

Esse aumento ocorreu majoritariamente nos empréstimos do SFN no mercado doméstico, a expansão de 1,6%. Na comparação interanual, o crédito ampliado cresceu 10,4%, com relevância para os crescimentos na carteira de títulos de dívida (10,5%) e na carteira de empréstimos do SFN (16,8%).

Endividamento das famílias

De acordo com o BC, a inadimplência (considerados atrasos acima de 90 dias) tem se mantido estável há bastante tempo, com pequenas oscilações, e registrou 2,8% em agosto. Nas operações de crédito livre para pessoas físicas, está em 5,6% e para pessoas jurídicas em 1,8%.

O endividamento das famílias, relação entre o saldo das dívidas e a renda acumulada em 12 meses, chegou ao recorde de 53,1% em julho, na série histórica iniciada em janeiro de 2005, refletindo o aumento das concessões de empréstimos. Houve alta de 0,3% no mês e de 5,1% em 12 meses. Com a exclusão do financiamento imobiliário, que pega um montante considerável da renda, ficou em 33,6% no mês de julho.

Já o comprometimento da renda, relação entre o valor médio para pagamento das dívidas e a renda média apurada no período, ficou em 28,6% naquele mês, crescimento de 0,5% no mês e 3,8% em 12 meses, também o recorde da série. Para esses últimos dados, há uma defasagem maior do mês de divulgação, pois o Banco Central depende de dados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre a renda das famílias.

Foto: Divulgação

<https://www.jornalpanfletus.com.br/cp3.masterix.inf.br/noticia/3458/economia-taxa-media-de-juros-cai-em-agosto-mas-segue-tendencia-de-alta-em-02/07/2026-10:28>